



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO Nº 02156/2017

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Por Item.

O Pregoeiro e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes designados pela portaria **012/2017**, torna público, para conhecimento dos interessados, que, fará realizar licitação pública sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para os fins e nos termos e condições estipulados neste edital, devendo a proposta e documentação serem entregues **no dia 12 de setembro de 2017**, às **10:00** horas, na sala de reuniões, na sede do Poder Executivo, instalada na Praça Waldemar Magalhães, nº 01, Centro – nesta cidade, com obediência ao disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelo decreto nº 3.693, de 20/12/2000, no Decreto Municipal nº 430/2013, de 02/09/2013, na **Lei Complementar nº 123, 14/12/06** e suas alterações posteriores, na Lei Municipal nº 838 de 28/06/2011, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e demais alterações e legislações complementares

1 - DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa legalmente habilitada para execução de serviços de transportes destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, conforme demais anexos do presente edital.

2 - DO EDITAL

2.1 - São partes integrantes do presente Edital, os seguintes documentos:

- Anexo I – Termo de Referência/Calendário Escolar e Preço de Referência;
- Anexo II – Proposta de preços;
- Anexo III – Minuta do Contrato;
- Anexo IV – Declaração de Não Empregar Menor, para fins do disposto do inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93;
- Anexo V – Declaração de inexistência de fato impeditivo;
- Anexo VI – Modelo de Credenciamento;
- Anexo VII – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e idoneidade;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

2.2 - Os interessados poderão ter acesso ao Edital diretamente no site trajanodemoraes.rj.gov.br.

3- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes para a realização do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal, para o exercício de 2017, no Programa de Trabalho e no Elemento de Despesa específicos.

Programa de Trabalho: 1000.1236100582.059

Dotação: 3390.39.00

3.2 - DA ESTIMATIVA

O valor global estimado para a presente licitação é de R\$ 1.585.232,33 (um milhão quinhentos e oitenta e cinco mil duzentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos).

3.3 - O limite dos valores unitários por item é o que consta no Anexo I do Edital, apurado pelo setor de compra da Prefeitura. Proposta com valores superiores ao limite estabelecidos, ou inexequíveis serão desclassificadas, fundamentados nos incisos X Art. 40, c/c o inciso II do Art. 48 da Lei Federal nº lei 8.666/93.

4 – DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Poderão participar do presente Pregão Presencial N° 19/2017 quaisquer interessados que comprove, no dia, hora e local estabelecido neste edital, ser devidamente registrada no ramo pertinente ao objeto e possuir os requisitos mínimos exigida no presente edital.

4.2. - A participação nos itens cujo valor estimado seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) é restrita aos Microempreendedores Individuais - MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme instituído no inciso I do Art. 48 da Lei Complementar 123/06;

4.3 – Entende-se por Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no artigo 3° da Lei Complementar n° 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações previstas no § 4° deste mesmo Artigo 3° da Lei Complementar 123/2006.

4.4 – Entende-se por Microempreendedores individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

4.5 – Os Microempreendedores individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Portes doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

4.6 - O MEI/ME/EPP deverá entregar fora de qualquer envelope a declaração de enquadramento (ANEXO VIII).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

4.6 - Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

4.7 - Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

4.8 - Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.9 – Não poderão participar mais de uma interessada sob o controle acionário de um mesmo Grupo de Pessoas Físicas ou Jurídicas;

4.10 - Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

4.11 – O procedimento para credenciamento será da seguinte forma:

a) Tratando-se de **representante legal**: cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na junta comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de pessoas Jurídicas, no caso de Microempreendedor Individual apresentar o documento de identidade com foto e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura ou Termo de Credenciamento de acordo com modelo estabelecido nos anexos deste Edital.

b) Tratando-se de **procurador**: a procuração por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida, da qual constem dentre outros poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) - **Os interessados deverão entregar o Documento de Credenciamento (facultativo*);**

d) - **Os interessados deverão entregar a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, documento obrigatório - (Anexo VII);**

e) - Os interessados deverão entregar a declaração, sob as penas da lei, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas discriminadas no item 4.1, 4.2 e 4.3 de acordo com modelo estabelecido nos anexos deste Edital (**Declaração de Idoneidade**), **documento obrigatório;**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

f) - Os documentos acima mencionados e os envelopes de Proposta comercial e documentação de habilitação deverão ser entregues ao (à) Pregoeiro (a) Oficial, até às -10:00h (dez horas), havendo uma tolerância máxima de 10 (dez) minutos.

g) - O licitante que não apresentar o Documento de Credenciamento ficará impedido de apresentar lances, não poderá manifestar-se durante a sessão e ficará impossibilitado de responder pela empresa, bem como de interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita, se apresentar junto com os envelopes de proposta comercial e de documentos de habilitação a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e idoneidade.

h) - É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas;

i) No horário, dia e local estabelecido neste Edital, as licitantes apresentarão as declarações citadas acima, no início da sessão e separado dos envelopes, o credenciamento dos seus respectivos representantes, somente 01 (um) por licitante, devidamente acompanhado de CÓPIA DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, devidamente autenticada.

5 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO E DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 - A documentação para fins de participação no presente PREGÃO PRESENCIAL deverá ser apresentada em dois envelopes distintos, a saber:

5.2 - Envelope I - Proposta de Preços

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

Nome da empresa ou pessoa física licitante

Objeto da Licitação

5.3 - Envelope II – Documentação de Habilitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO E MORAES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

Nome da empresa ou pessoa física licitante

Objeto da Licitação

5.4 - Os envelopes, concernentes respectivamente, à Proposta de Preços e a documentação, deverão ser entregues devidamente lacrados, no dia, horário e local mencionados neste Edital.

5.5 - Os documentos de Procurações das interessadas que quiserem se fazer representar e participar dos trabalhos nas sessões públicas serão entregues em separado dos envelopes, diretamente ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, juntamente com a respectiva cédula de identidade do procurador ou representante legal. Os documentos de Procuração serão anexados ao processo;

5.6 - Em se tratando de instrumento particular de procuração, este deverá ser apresentado com firma reconhecida, e de ter sido outorgada até o dia anterior o da Licitação, com validade de, no máximo, 01 (um) ano da data anterior ao do certame;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

5.7- Quando a interessada se fizer representar por seu Diretor ou um de seus sócios legalmente habilitado, deverá o mesmo apresentar cópia autenticada de sua cédula de identidade, do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente atualizado e registrado; em se tratando de Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada e no caso de Sociedade Por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A proposta deverá ser digitada e apresentada em papel timbrado fornecido pela Comissão Permanente de Licitação ou com papel timbrado próprio da empresa, desde que os itens estejam em conformidade com o **anexo II do item 2.1** relativo à Proposta de Preço, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento, e suas folhas deverão estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal. Deverá constar ainda:

a) As folhas deverão ser carimbadas com CNPJ e com assinatura do representante legal.

b) o valor da oferta, cotado em reais, expresso em algarismos, já incluindo todos os custos diretos e indiretos;

c) A proposta deverá atender as exigências do Edital, com os valores dos preços em até duas casas decimais após a vírgula, sendo que, quaisquer inserções em desconformidade com esse, serão tidas e havidas como inexistentes aproveitando-se a proposta no que atender ao instrumento convocatório.

d) A validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

e) No Preço apresentado deverão estar incluído todos os custos necessários para a realização dos serviços, incluindo despesas com alimentação, hospedagem, transportes, encargos fiscais, tomando por base o preço praticado no mercado.

f) Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse do **Município de Trajano de Moraes**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

g) Na fase de classificação e conformidade, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

h) caso a licitante não aceite as correções, sua proposta comercial será desclassificada.

i) A simples apresentação da proposta implica que os preços ofertados incluem todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos serviços além de quaisquer outros aqui não elencados e que atende a todas as características deste Edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidades e prazos e validade da proposta comercial de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;

j) O Licitante terá que apresentar no ato de entrega do envelope contendo a proposta inscrita, um *CD com os valores digitados no modelo deste edital, devidamente preenchidos com os dados da firma, **ANEXO II PROPOSTA DE PREÇO/CD.***



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

7 - DA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se à presente licitação a interessada deverá apresentar a documentação abaixo, obedecido o disposto nos sub-itens **2.1**, deste edital:

7.1 - Pessoa Jurídica:

7.2 - Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

7.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

7.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.6 - A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

7.7 - ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

7.8 – *Observação importante; empresa que na fase de credenciamento tiver apresentado o documento jurídico solicitados no item **4.1.1 letra a**, não necessitará colocar dentro do envelope relativo a documentação de habilitação este documento, dos itens 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, e 7.6 e 7.7 . Empresa que participar e não se fizer presente pelo seu representante, terá que apresentar este documento no envelope de habilitação devidamente lacrado, conforme exigências estabelecidas, sob pena de inabilitação.*

8- Regularidade Fiscal

8.1- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), independente de validade;

8.2- Certificado de Regularidade perante o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

8.3 - Certidão Unificada de Regularidade Fiscal RFB/PGFN, inclusive de contribuições previdenciárias (INSS) ou apresentar em separado as duas certidões: Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de negativa – CND, fornecida pelo INSS e Certidão de Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

8.4 – Apresentação de Inscrição no cadastro de contribuinte Municipal (Comprovante de Inscrição ou Alvará) ou Estadual (Comprovante de Inscrição, e de Situação Cadastral) se houver relativo à sede do concorrente, pertinente ou seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato social, com finalidade de comprovação de inscrição nas respectivas fazendas, independente de validade;

8.5 – Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual. Admiti-se que a regularidade junto a Fazenda Estadual seja demonstrada por meio de Certidão Negativa de Débitos ou por meio da Certidão Positiva de com efeito de Negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código tributário Nacional;

8.6 – Apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrições;

8.7. - Certidão Negativa para com a Fazenda Municipal no domicílio ou sede do licitante (CND - Tributos Municipais). Admiti-se que a regularidade junto a Fazenda Municipal seja demonstrada por meio de Certidão Negativa de Débitos ou por meio da Certidão Positiva de com efeito de Negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código tributário Nacional;

8.8. – Apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Município do domicílio ou da Sede do Licitante ou certidão com restrições;

8.9 – Nas Licitações públicas a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigido para efeito de assinatura do contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016;

8.10- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.11– No caso de Licitantes não sujeitos à inscrição junto às Fazendas Estadual e Municipal, estes deverão comprovar tal situação através de Certidão de Não-Contribuinte, emitida pelo órgão competente;

8.12 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

9 - DECLARAÇÕES

9.1 - Declaração de cumprimento ao determinado no inciso V, do art. 27 da Lei 8.666/93, de que não incide na proibição contida no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo IV – Declaração de Não empregar menor;

9.2 - Declaração, sob as penas da lei, de que até a data de sua apresentação não existem fatos precedentes impeditivos para a sua habilitação, neste processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme Anexo V – Declaração de inexistência de fato impeditivo;

10 - REGULARIDADE TRABALHISTA

10.1 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Admite-se a comprovação de Certidão Trabalhista comprovada por meio de Certidão positiva com efeito de negativa, com os mesmos efeitos da CNTD, segundo disposto no art. 642-A, § 2º da CLT.

10.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e **trabalhista**, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.3 – Cópia da carteira de identidade de um dos sócios da empresa, devidamente autenticada;

10.4 - O MEI/ME/EPP deverá entregar fora de qualquer envelope a declaração de enquadramento (ANEXO VIII).

11 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

11.1 – Apresentação Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração de Resultado) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, ou seja, com termo de abertura e encerramento, **assinados por contador regularmente habilitado e registrados na junta comercial do estado de origem da empresa ou registrados em cartório, se for o caso, ou ainda, nos casos de empresas cujo enquadramento tributário seja lucro real ou presumido, estas deverão apresentar o recibo de entrega do livro digital enviado por meio do sped - sistema público de escrituração digital**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios, exceto nos casos de empresas ou sociedades com início de suas atividades no mesmo exercício em que ocorrer o certame licitatório, podendo ser atualizados na forma prevista na legislação pertinente em vigor;

a) A comprovação de boa situação de liquidez será feita através da demonstração, com base no balanço e através de memória de cálculo assinada por profissional devidamente habilitado em contabilidade, de que atende ao seguinte índice financeiro:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

Índice de Liquidez Geral (LG), sendo:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

ILG= _____ **> 1**

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Liquidez Corrente (LC), sendo:

Ativo Circulante

ILC= _____ **> 1**

Passivo Circulante

11.2 – Apresentar declaração que possui capital social registrado ou líquido igual ou superior a 10% (dez) por cento do valor global do estimado cotado do item, conforme o caso;

11.3 - Os microempreendedores individuais estão dispensados da apresentação da comprovação exigida no item 11.1 e 11.2 devendo apresentar o Recibo de Entrega de Declaração Anual do SIMEI.

11.4 – Apresentação da Certidão negativa de Falência e Concordata e Recuperações Judiciais e extrajudiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital, exceto quando dela constar o prazo de validade

11.5 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

11.6 - Apresentação de **declaração ou certidão** que informem **quantos são os cartórios de distribuição** de falência e concordata da sede do licitante.

12 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 – Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, averbados no conselho de classe, que comprovem aptidão da licitante por desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, indicando os seguintes serviços:

12.1.a – gestão e/ou administração de frotas de transporte coletivo e/ou manutenção preventiva e/ou corretiva de frota de veículos, de passageiros ou cargas, de veículos motores diesel e/ou gasolina e/ou total;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

12.2 – Declaração que disponibilizará os veículos em até 24h, após a solicitação do setor competente para vistoria municipal. Os veículos deverão estar no local a ser indicado pelo município, onde procederá à vistoria junto da equipe técnica de avaliação, que solicitará no ato da vistoria os documentos comprobatórios equivalentes ao Termo de Referência, **itens 03, 04, 05, 06 e 07.**

12.3 – As empresas interessadas em participar da licitação, poderão realizar vistoria, pré-agendada com a Secretaria Municipal de Educação, através do **tel. (22) 2564-2691**, no horário Comercial, até a data de abertura do certame, caso queira analisar as condições dos locais de execução dos serviços. A Secretaria Emitirá comprovante de visita que terá que constar dentro do envelope de documentação de habilitação.

12.4 – A empresa que não realizar a visita técnica terá que declarar que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

12.5 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração. **(Obs. a autenticação por servidor público será feita até um dia antes a data de abertura dos envelopes, sendo assim, não será autenticado no dia determinado para o certame)**, ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, devendo ser, necessariamente, legíveis; sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas. O pregoeiro poderá solicitar os originais dos documentos, ou abrir diligência para esclarecimentos de dúvidas ou complementar a instrução do processo;

12.6 - Na falta de qualquer documento necessário à habilitação da licitante no envelope nº II, esta se tornará, automaticamente, inabilitada.

13. – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

13.1 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por MEI, ME ou EPP e houver proposta apresentada por MEI, ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor da proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006.

13.2 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

13.3 - A MEI, ME ou EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

13.4 - Não sendo vencedora a MEI, ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, ou sendo inabilitada, serão convocadas as demais MEI, ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no percentual de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

13.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI, ME ou EPP que se encontrem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

13.6 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado, desde que cumpridas às condições de habilitação, em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

14 – DA ABERTURA DA SESSÃO E DO PROCEDIMENTO

14.1 Primeira Fase: Abertura da Sessão

14.2 Na data, na hora e no local estabelecidos no preâmbulo deste Edital será aberta a sessão pública pelo (a) Pregoeiro (a), seguido de recebimento dos credenciamentos, da declaração de cumprimento dos requisitos da proposta de preços e de habilitação e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação.

14.3 Segunda Fase: Análise das Propostas de Preços e Lances Verbais:

14.4. Terminada a fase de credenciamento, o (a) Pregoeiro(a) passará para a abertura dos envelopes de propostas de preços, verificando a conformidade das mesmas com as exigências estabelecidas neste Edital e classificando a(s) que apresentar(em) o(s) menor(es) preço(s) unitário(s) do item.

14.5. Em seguida, iniciar-se-á a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em valores distintos e decrescentes, considerando-se o valor unitário cotado para o item.

14.6 Poderão ofertar lances, as licitantes detentoras das propostas de preços classificadas com preços até dez por cento superiores ao preço unitário do item da licitante da oferta mais baixa, até a proclamação do vencedor do item.

14.7. Quando não for possível obter-se, pelo menos três propostas escritas de preços, que atendam às condições do subitem anterior, serão classificadas as melhores propostas de preços subseqüentes, até o máximo de três, a fim de que os representantes das licitantes que as apresentarem participem da etapa de lances verbais.

14.8. O (a) Pregoeiro(a) convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada com maior preço unitário por item e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

14.9. Os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos

14.1.1 A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

14.1.2 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até cinco por cento superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.3. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá no prazo de 05 (cinco) minutos, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, necessariamente inferior àquela apresentada pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

14.1.4. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no subitem 14.1.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.1.5. No caso de equivalências dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 14.1.2, será realizado o sorteio, para a identificação daquela que primeiro apresentará a oferta;

14.1.6. O Pregoeiro irá averiguar os documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, para a aplicação do procedimento previsto no subitem 14.1.2.

14.1.7. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 14.1.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora do certame.

14.1.8 – Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes deste Edital e seus anexos.

15 - Terceira Fase: Habilitação

15.1. Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura dos invólucros contendo os documentos de habilitação da(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) propostas de preços ou lances verbais, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

15.2. Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto, após a indicação dos valores unitários de cada item que compõe o objeto do certame, o que poderá ser demonstrado na própria sessão ou por meio de Planilha de Demonstrativa Final, diretamente ou dentro do prazo estipulado pelo (a) Pregoeiro (a) **caso não haja interposição de recursos.**

15.3. Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subseqüentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

15.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

15.5. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 7º da Lei nº. 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da nota de empenho, ou revogar a licitação.

16 – DO JULAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO.

16.1- As propostas de preços serão classificadas conforme o critério do menor preço unitário por item, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar proposta/ofertar lance de menor preço unitário por item licitado, e ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e de seus Anexos.

16.2 - Os preços ofertados serão considerados pelo valor expresso em moeda corrente nacional.

16.3 - Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.

16.4 - No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas escritas, no mesmo item o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

16.5 - A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item e as licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

16.6 - Ocorrendo a suspensão da sessão, será lavrada *ata circunstanciada* narrando todos os fatos, ficando em poder da Equipe de Apoio e do(a) Pregoeiro(a), todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Equipe, Pregoeiro(a) e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que serão oficiadas às mesmas a data para prosseguimento do certame.

16.7 - Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexeqüíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes.

16.8 - Considera-se proposta com preço excessivo, àquela cujo valor por item seja superior ao estimado pela Administração na cotação de preços.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

16.9 - Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta de preços que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e em seus Anexos.

16.1.1- No julgamento dos documentos de habilitação, observar-se-ão as previsões legais e editalícias, sendo inabilitadas as empresas que apresentarem documentação fora do prazo de validade, ou deixarem de apresentar qualquer documento/requisitos de proposta de preços exigido neste Edital.

17 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

17.1 - Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente Pregão.

17.2 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.3 - O Pregoeiro na decisão de impugnação será auxiliado pela Procuradoria Geral do Município, que emitirão pareceres em se tratando de questionamento do edital e cláusula contratual,

17.4 – As impugnações devem ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, situada na Praça Waldemar Magalhães, 01 – Centro nesta cidade e dirigida ao Setor de Licitações, **sendo que não serão aceitas as impugnações enviadas por email ou fax.**

17.5 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

17.6 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, deverão ser publicadas e divulgadas no site da prefeitura no endereço eletrônico (trajanodemoraes.rj.gov.br), reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

18 - DOS RECURSOS

18.1- Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), momento em que, qualquer licitante, caso haja interesse, deverá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos pela Comissão Permanente de Licitação.

18.2- Para efeito de interposição recursal e das contra-razões, o limite máximo estabelecido será até às 16:00h do dia do vencimento do respectivo prazo na sala do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, os recursos devem ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, situada na Praça Waldemar Magalhães, 01 – Centro nesta cidade e dirigida ao Setor de Licitações.

18.3- O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e deverá ser dirigido ao Departamento de Compras e Licitações, cabendo ao mesmo (a) apreciá-lo em até 3 (três) dias úteis, após o decurso do prazo para contra-razões.

18.4 - Os recursos serão dirigidos à (AUTORIDADE SUPERIOR). Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o Pregoeiro o recurso à (AUTORIDADE SUPERIOR), que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

18.5- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, inclusive em função do não credenciamento ou da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito ao recurso em âmbito administrativo e conseqüente adjudicação do objeto da licitação.

18.7- Quando não interpuser as razões recursais dentro de prazo previsto, mesmo tendo a licitante manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão, será considerado como precluso o direito ao recurso.

18.8- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente superior irá *adjudicará e homologará* o objeto do certame à licitante vencedora.

18.9- Da sessão pública de realização do pregão (sessão de abertura ou de prosseguimento) será lavrada *ata circunstanciada*, assinada pelos representantes presentes, pelo(a) Pregoeiro(a), pela sua Equipe de apoio e pelo(s) técnico(s), caso tenha(m) participado da sessão.

19. ADJUDICAÇÃO

19.1- O objeto da presente licitação será (ão) adjudicado(s) ao(s) licitante(s) que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e em seus anexos, for(em) declarada(s) vencedora(s) de acordo com os critérios de julgamento da(s) proposta(s), de documentação(ões) e de recurso(s), conforme itens 13.2 e 16.7.

19.2- O Pregoeiro, se não houver intenção de recurso, deve adjudicar o objeto ao licitante vencedor ou, quando for o caso, determinar o fracasso da licitação.

19.3- O Pregoeiro encaminhar o processo à autoridade competente para homologação do procedimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

19.4- Aplica-se aos contratos de serviços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores, no que couber.

19.5- A adjudicatária deverá comparecer para assinar o Contrato no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação para esse fim, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

19.6- Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

19.7- Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, *60 (sessenta) dias*, a contar da sessão de abertura, e caso persista o interesse da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, essa poderá solicitar prorrogação geral da referida validade, por igual período.

20- DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

20.1- Da Adjudicação e Homologação:

20.2- Homologado o resultado desta licitação a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes convocará o proponente vencedor para a assinatura do Termo de Contrato ou outro instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, caput e § 4º da Lei nº 8.666/93.

20.3- Do Contrato:

20.4 – Na assinatura do contrato a empresa vencedora terá que apresentar copia original da (s) apólice (s) do (s) seguro (s) (APP), Acidentes Pessoais a Passageiros e seguro de responsabilidade Civil contra danos causados a terceiros.

20.5- A licitante deverá fazer-se representar por profissional devidamente habilitado, inclusive autorizado a firmar em seu nome o referido contrato. A efetivação do contrato dar-se-á nas dependências da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, participante ou não participante ou em local por ele indicado.

20.6- Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do instrumento contratual que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

20.7- O edital, a(s) proposta(s) vencedora(s), as necessárias publicações e as *Atas Circunstanciadas* farão parte integrante do contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo.

20.8 - A licitante vencedora deverá assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente em prazo a ser determinado pela Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, não podendo ser superior a 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da convocação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

20.9- prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

20.1.1 - Caso a vencedora não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando a Prefeitura de Trajano de Moraes rescindir o contrato por inadimplência é facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

20.1.2 – O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Nota de Empenho).

20.1.3- Não poderá contratar com a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes:

a) Em se tratando de empresas que tenha sido punida com rescisão contratual que por deficiência dos serviços prestados, que por outro fato que tenha motivado a rescisão, por sua culpa, no transcorrer dos últimos 02 (dois) anos.

b) E vedada a contratação de empresa cujo proprietário, sócio, diretor ou gerente seja servidor público, municipal de Trajano de Moraes.

21 – DA OBRIGAÇÃO DA VENCEDORA.

21.1 - Uma vez convocada pela Prefeitura que se efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer na data marcada para retirar a nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital e nas legislações pertinentes.

21.2- Recebida a Nota de Empenho, a licitante vencedora do certame obriga-se a:

a) Proceder à prestação do serviço ou entrega do objeto, no local previsto neste edital dentro das condições ajustadas neste instrumento convocatório.

b) Entregar, se cabível, o certificado de garantia, providenciando a troca imediata ou a reparação daqueles em que forem constatados vícios ocultos, defeitos ou que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Edital e de seus anexos;

c) Encaminhar a Nota Fiscal, conforme cronograma de entrega mensal estabelecido pelo setor que solicitou o objeto constante desse edital, a fim de efetivação do pagamento devido;

d) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos federais, estaduais e municipais;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

- e)** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- f)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho das entregas ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências pertencentes à Prefeitura, através do(s) órgãos(s) envolvido(s) no presente procedimento licitatório;
- g)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes.

22- DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1 - Em conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86, e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente PREGÃO PRESENCIAL ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
 - b) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
 - c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
 - d) recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Serviço, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
 - e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente. - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:
- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
 - b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
 - c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Serviço, dentro de até 05 (cinco) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço: até 02 (dois) anos.

22.1 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

22.2 - As multas serão cumulativas com as demais penalidades.

22.3- Os licitantes serão responsáveis por todas as informações prestadas na proposta de preço e na documentação exigida na fase de habilitação, sujeitando-se às penalidades legais, caso venha induzir a Pregoeiro e a equipe de apoio a erro no julgamento.

22.4 – Decaíra do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, na forma prevista no § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93;

23 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1 - Constituirá motivos para a rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

- a) razões de interesse público, devidamente justificado;
- b) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa contratada, e se for pessoa física, a sua situação financeira, que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- d) descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- e) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
- f) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Município;

23.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão do instrumento com as consequências nele estabelecidas e as previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

24 – DO PRAZO DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

24.1 – O prazo para a realização dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da ordem de serviço, assinatura do contrato, ou outro instrumento hábil aplicável, podendo ser prorrogados a critério da administração, com fundamento na Lei 8666/93, art. 57, inciso II;

24.2 – Os serviços serão conferidos, após cada conclusão, será recebido pelo responsável (fiscal de contrato), devidamente designado para este fim;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

24.3 – As condições para a aceitação do objeto do presente contrato será após, a verificação da Controladora Interna do Município ter feito, avaliação do conteúdo da relação de serviços prestados, mediando relatório apresentado pela contratada, justificando as demandas da Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.4 - Os recursos orçamentários estarão mencionados na Nota de Empenho com previsão de 12 (doze) meses de Prestação dos serviços, ou outra forma, de acordo com a situação financeira da Prefeitura.

24.5 – A aceitação definitiva e provisória do objeto será da seguinte forma abaixo, obedecendo aos critérios da 8666/93:

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos::

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

24.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo contrato.

25 – DO PAGAMENTO

25.1 - O pagamento será realizado, após a apresentação do documento fiscal, correspondente, sendo que a nota fiscal deverá ser apresentada junto com relatório de controle para justificativa, de acordo com os serviços prestados e será devidamente conferido e atestado por 02 (dois) servidores da Secretária responsável pela solicitação objeto deste Edital, e posteriormente encaminhado para pagamento, sendo processado em conformidade com a legislação vigente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis;

25.2 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

25.3 - A licitante vencedora deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento após a realização dos serviços, acordo com as requisições realizadas dentro do período dos mesmo, e posterior apresentação da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, sendo encaminhada para o pagamento, a(s) qual(is) será(ão) conferida(s) e atestada(s) por 2 (dois) servidores competentes.

25.4 – O Município por ocasião do pagamento antecipe o prazo aqui estabelecido 30 (trinta) dias subitem 25.1, será descontado **0,033% (trinta e três milésimo por cento)** por dia de antecipação do valor da parcela devida.

25.5 – Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no subitem 23.1, por culpa da Contratante, esta ficará sujeita a multa de **0,10% (dez centésimos por cento)** ao dia sobre o valor da respectiva Nota Fiscal, até o limite de 10% (dez por cento), desde que, para tanto, não tenha concorrido a Contratada.

25.6 – O Cumprimento do item 25.5, será motivado pela contratada, que apresentará ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes as justificativas comprobatórias, com manifestação de atraso no pagamento, através de planilhas, contendo demonstrações de valores, com as porcentagens já definidas por este edital e demais conteúdos de atraso dos vencimentos.

25.7 – Caso a administração considere o pedido de multa fundamentada nas exigências dos itens anteriores, está receberá corrigido o valor por dias de atraso.

27 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 - Nenhuma indenização será devida às Licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à sua participação na presente licitação;

27.2 - O resultado desta Licitação será comunicado às Licitantes no local da reunião, no mesmo dia ou noutro previamente definido.

27.3 - A critério do pregoeiro, a sessão pública do pregão poderá ser suspensa por prazo indeterminado, para análise das propostas e documentos que as acompanham ou análise de amostras, quando solicitadas.

27.4 - Nesta hipótese, a nova data da sessão do pregão será divulgada a todos os licitantes, com a devida antecedência.

27.5 – O Departamento de Licitações manifestará sobre os *esclarecimentos* ou *impugnações* no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Quando se tratar de matérias relacionadas às especificações, a manifestação será auxiliada pelo setor requisitante da contratação. É de **inteira responsabilidade das licitantes interessadas**, participantes do certame (**inclusive de quem entrou com o pedido de esclarecimento ou impugnação**), o acesso para conhecimento das manifestações prestadas pelo pregoeiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

27.6 – As dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser encaminhadas através do email licitacaotrajano@gmail.com ou diretamente no Departamento de licitações via protocolo. Não serão aceitos pedidos de impugnação por email.

27.7 - Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores);

27.8 – O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam o resultado e a lisura da licitação, uma vez passíveis de serem sanadas;

27.9 - Independente de declaração expressa, a simples participação nessa licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o Licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o possam dar por viciado;

27.1.1 – Quaisquer informações sobre o Edital, e seus anexos bem como os casos omissos e as dúvidas suscitadas, serão dirimidas diretamente ao Departamento de Licitações desta Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, situada na Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes - RJ, ou pelo telefone: (22) 2564-1410.

27.1.2 – Naquilo que o presente Edital não for suficiente, prevalecerá o que dita a Lei 8.666/93, consolidada e demais legislações pertinentes e cabíveis. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.](#)

27.1.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Trajano de Moraes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos inerentes à presente licitação e a adjudicação dela decorrente.

Trajano de Moraes, ____ de _____ de 2017.

Marcelo Dias Pinheiro
Pregoeiro